CIDADANIA RELIGIOSA PARA DISSIDENTES SEXUAIS E DE GÊNERO: O CASO DOS "GRUPOS CATÓLICOS LGBTI+" NO BRASIL

Jeferson Batista Silva [*]
Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Cris Serra [† 1]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: Pessoas "católicas LGBTI+" se articulam no Brasil desde a primeira década dos anos 2000. Elas reivindicam a compatibilidade entre sua pertença religiosa e a diversidade sexual e de identidade de gênero. A partir da revisão de literatura e da pesquisa etnográfica, este artigo se centra no forjamento dos chamados "grupos católicos LGBTI+". Partimos de uma abordagem socioantropológica relacional e processual das ações coletivas desenvolvidas por esses atores, evidenciando processos de disputas e controvérsias, mas também de alianças e parcerias protagonizadas por esses coletivos católicos. Nosso argumento é que a luta por espaço e dignidade nos ambientes eclesiais torna-se mais uma camada na empreitada mais ampla para a conquista de direitos sexuais e de gênero nos espaços políticos da sociedade brasileira. Portanto, quando estabelecem articulações com atores religiosos e não-religiosos, os sujeitos "católicos LGBTI+" criam uma noção de "cidadania religiosa plena". Por meio de dados etnográficos, afirmamos que essa noção é composta pelo entendimento de que o direito ao sagrado das pessoas dissidentes de sexo e gênero no interior do catolicismo é um direito humano e constitucional.

Palavras-chave: Catolicismo; Diversidade sexual e de gênero; Cidadania religiosa

---

* Doutorando e mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (PPGAS-Unicamp). Jornalista graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: jefersonbatista1108@gmail.com. ORCID iD: < https://orcid.org/0000-0003-3245-5723 >.

† Cris Serra (1974-2023) foi doutora e mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-Uerj e psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Introdução

Os grupos "católicos LGBTI+" nascem no Brasil a partir dos anos 2000. Inseridos no processo de cidadanização da homossexualidade ou das sexualidades e expressões de gênero não-normativas (Carrara, 2016), esses grupos formam uma coletividade que afirma "lutar pela dignidade das pessoas católicas LGBTI+" (Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT)[2] e promover uma "cidadania religiosa plena" ou "cidadania LGBTI+ dentro da Igreja", para citar duas categorias oriundas do campo que relacionam religião, cidadania e direitos humanos. Essas ideias começaram a ganhar forma no Brasil em 2007, com a criação do grupo Diversidade Católica, no Rio de Janeiro (RJ). A partir deste marco, outros coletivos nascem, como os de São Paulo (SP), em 2010, Brasília (DF), em 2013, e Curitiba (PR), em 2014. Sete anos depois da criação do primeiro grupo na cidade carioca, nasce a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, constituindo-se a partir de 2014 a primeira entidade nacional a trabalhar com a temática no país, tendo os próprios sujeitos "católicos LGBTI+" como protagonistas.

Esses coletivos se constituem a despeito de certo senso comum – consolidado e disseminado tanto em setores do cristianismo quanto junto a seus "outros" – de que dissidências da norma binária cis-heterossexual[3] são incompatíveis e inconciliáveis com uma pertença religiosa, sobretudo a cristã. Essa visão é justificada pelo uso frequente de argumentos doutrinários e bíblicos que supostamente fundamentam a condenação e exclusão da diversidade sexual e de identidade de gênero das comunidades e igrejas cristãs. Ademais, tal compreensão também justifica uma série de violências sofridas pelas pessoas dissidentes sexuais e de gênero em nome do cristianismo, dentro e fora de ambientes eclesiais. Além de desafiarem esses preconceitos, esses grupos se formam no enfrentamento aos grupos católicos e seus aliados "conservadores" ou "reacionários", que também disputam quais sexualidades e identidades de gênero podem ser reconhecidas como sujeitos de direitos, sejam religiosos ou não.

Assumindo-se como "membros inalienáveis da Igreja Católica Apostólica Romana",[4] identificamos que a Rede Nacional atua em, pelo menos, três grandes frentes: a) ocupação de diferentes tribunas públicas e forjamento de parcerias, religiosas e não religiosas, para dar visibilidade às suas pautas de reivindicação de espaço e dignidade dentro da Igreja; b) oferecimento, por meio de encontros e reuniões ordinárias e extraordi-

nárias, de atendimento espiritual e pastoral para acolher, acompanhar e fortalecer os membros de seus coletivos; c) e expansão dos seus discursos e práticas, bem como da própria Rede Nacional, por meio do apoio à formação e consolidação de novos grupos e núcleos.

Trata-se de um fenômeno social heterogêneo, dinâmico e em movimento, e que só é possível ser analisado, portanto, com o uso de uma perspectiva teórica que trata atores e suas ações de forma relacional e processual. Sendo assim, encontramos no conceito de "campo discursivo de ação", proposto por Sonia Alvarez (2014), uma saída teórica e metodológica promissora para o nosso empreendimento. De acordo com a autora, que está pensando os feminismos no contexto latino-americano, campos discursivos de ação "são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos" (Alvarez, 2014: 18).

Em texto que percorre as quatro décadas do movimento LGBTI+ brasileiro, Regina Facchini (2018) argumenta que a proposta de Alvarez (2014) tem se mostrado analiticamente relevante para produzir reflexões capazes de superar concepções essencialistas dos movimentos sociais. De fato, em termos tanto analíticos quanto normativos, a perspectiva dinâmica de "campos discursivos de ação" é útil para evitar a armadilha da fixação de identidades e dos limites que as distinguem – que obscurece o olhar e paralisa a imaginação –, assim como para ultrapassar polarizações e dicotomias. Permite perceber que, entre "católicos" e "LGBTI+", as fronteiras são porosas e se delineiam no jogo relacional.

Resguardadas as diferenças dos objetos de pesquisa de Alvarez (2014) e de Facchini (2018), aplicar o conceito de "campo discursivo de ação" aos grupos de "católicos LGBTI+" no Brasil nos permite compreender melhor sua localização fronteiriça e as articulações complexas – e, por vezes, contraditórias – que o constituem. Além disso, o conceito permite visibilizar os "nós articuladores" entre esses atores e seus "outros", sejam estes identificados como aliados ou adversários.

Os antropólogos da religião também oferecem reflexões teóricas fundamentais para a nossa análise. A principal delas diz respeito aos limites do paradigma analítico da secularização para a compreensão das relações entre o Estado e as religiões. Assim, acompanhamos as problematizações ao argumento normativo do secularismo, que questionam

a ideia de que o Estado e suas instituições teriam sido completamente resguardados dos atores religiosos, cabendo a estes últimos a atuação apenas na esfera privada da vida (Giumbelli, 2008; Montero, 2015). Em vez dessa suposta ausência das religiões e de grupos religiosos no Estado e nas instituições públicas, a literatura sobre o tema é enfática ao indicar uma diversidade de modos adotados pelos segmentos religiosos para se legitimar no espaço público (Camurça, 2017). Inspirados nessa literatura e no argumento de Talal Asad (2010), acreditamos que a religião e as definições do religioso estão em constante construção e que, portanto, não devemos recorrer a definições fixas e imutáveis, mas sim à análise dos modos pelos quais as religiões se constituem enquanto tais, em sua relação junto ao Estado, suas instituições e a grupos sociais diversos.

Com essas ideias postas, seguimos o nosso texto com argumentos em favor da superação da suposta incompatibilidade entre diversidade sexual e de gênero e pertença religiosa católica**,** articulados com algumas considerações sobre as disputas em torno da presença dos "católicos LGBTI+" na heterogeneidade dos ambientes eclesiais católicos. Em seguida, apresentamos parte das trajetórias da organização dos "católicos LGBTI+" brasileiros, com o foco na Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT e seus encontros nacionais. A partir desses dados, nosso argumento central é que a criação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT inseriu, de forma mais sistemática, os sujeitos protagonistas desse campo, agrupados na categoria "católicos LGBT", nas discussões mais amplas sobre direitos no campo da sexualidade e do gênero. Assim, encontramos em suas ações coletivas estratégias para forjar o que esses sujeitos chamam de "cidadania religiosa", que, em suma, integra elementos discursivos da religião, direitos humanos, ciências e outros campos.

Escrito a quatro mãos, nossas reflexões foram construídas com base em pesquisas etnográficas e documentais dos autores, realizadas entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2023. Todos os dados aqui apresentados são oriundos de entrevistas, conversas e consultas informais, "participação observante" (Wacquant, 2002) em eventos diversos, matérias jornalísticas e conteúdos em plataformas digitais.[3] Registramos, ainda, que nossa escrita é orientada pelo compromisso político com o campo, já que, como integrantes da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, também somos atores na construção e constituição do campo discursivo de ação em análise. Ao longo do tempo,

assumimos posições de liderança tanto na Rede Nacional quanto em alguns de seus grupos, participando diretamente de muitos dos processos aqui descritos. Durante o trabalho de campo e a escrita, sempre contamos com as sugestões, comentários e críticas generosas de diversas e diversos colegas, o que nos permitiu produzir um "saber localizado" em detrimento de uma "objetividade descorporificada" (Haraway, 1995) sem abrir mão dos pressupostos metodológicos das ciências sociais.

Para a organização deste texto, selecionamos dados etnográficos coletados especialmente nos quatro encontros nacionais organizados pela entidade. Esses encontros são fundamentais para compreender a ação coletiva dos "católicos LGBT", pois, em poucos dias, atores de diferentes regiões do país se reúnem para discutir os rumos da Rede Nacional, rezar, confraternizar e celebrar suas experiências como pessoas católicas dissidentes de sexo-gênero. Geralmente presenciais, os encontros são voltados para pessoas ativas nos grupos da Rede Nacional. Além disso, alguns parceiros – da Igreja ou não – são convidados a participar de alguns eventos dentro do encontro, como mesas-redondas, oficinas e análises de conjuntura. Ademais, interessam-nos especialmente os "manifestos" ou "cartas" públicas lançados ao final de cada encontro. Em resumo, esses documentos – redigidos pelas lideranças responsáveis pela organização dos encontros nacionais – sintetizam textualmente as discussões ocorridas e inserem a entidade no contexto sociopolítico do momento. Esses textos são amplamente divulgados nas redes sociais, no site da entidade e em veículos de imprensa. Assim, os eventos-chave que destacamos são: o I Encontro Nacional de Católicos LGBT, realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 2014; o II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, em São Paulo (SP), em 2018; o III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+, realizado *on-line* em 2020; e o IV Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAPN+, que teve como sede a cidade de Fortaleza (CE), em 2023.

Nossas observações do campo nos permitem afirmar que as pessoas dissidentes das normas de gênero e sexualidade vigentes vêm construindo no catolicismo espaços "seguros"[5] para partilha de experiências, reflexões sobre a conciliação de suas identidades LGBTI+ com a pertença religiosa católica e, por fim, mas não menos importante, para a prática de sua fé em comunidade. Assim, compreendemos que a luta por espaço e dignidade nos ambientes eclesiais torna-se mais uma camada no empreendimento mais amplo por direitos sexuais e de gênero. No

Brasil, muitas vezes o papel das pessoas "católicas LGBTI+" na luta pelos direitos sexuais e de gênero é marcada por controvérsias, dentro e fora do catolicismo. Acusações de que estes atores contaminam a Igreja com a militância, oriundas de grupos católicos avessos à diversidade sexual e de gênero, se juntam às acusações de que não é possível ser católico e LGBTI+, presentes em contextos de movimentos sociais não religiosos.

Por fim, identificamos que "católicos LGBT" é uma categoria de autoclassificação dos integrantes da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. Essa categoria, no entanto, inclui apenas leigos e leigas – pessoas sem cargos eclesiais na hierarquia católica. A entidade e seus grupos filiados, portanto, também contam com a presença de "familiares" (pais e, sobretudo, mães) e "aliados" (especialmente utilizada para se referir a sacerdotes, freiras, religiosos e religiosas que integram esses grupos). Presente em 10 estados da federação, a Rede Nacional apresenta um perfil diverso de pessoas. Enquanto no início, em 2014, a Rede era composta, sobretudo, por homens gays cisgêneros, com as mulheres lésbicas cisgêneras como o segundo grupo mais presente e pessoas brancas como a grande maioria, dez anos depois a entidade passou por uma transformação em seu perfil: embora a presença de homens gays cisgêneros continue relevante, mulheres, pessoas negras e pessoas de fora do Sudeste estão cada vez mais presentes, assumindo, inclusive, cargos de liderança em âmbito nacional.

Os "católicos LGBTI+" cabem dentro do catolicismo?

Há muitos catolicismos dentro da Igreja Católica. A ideia de que a Igreja e o catolicismo são monolíticos e hegemônicos não se sustenta quando justaposta às pesquisas das ciências sociais sobre a temática. Como argumenta Carlos Steil (2001), a diversidade religiosa na modernidade atinge o próprio catolicismo, existindo inúmeras formas de se expressar a catolicidade, que cada vez mais se multiplicam. É justamente nessa diversidade de formas de ser católico que os grupos "católicos LGBTI+" reivindicam essa tradição cristã como espaço legítimo para a vivência da diversidade sexual e de gênero. E, a partir daí, articulam um trabalho pastoral, político e teológico pela superação da suposta incompatibilidade em romper com a hetero-cisnormatividade no interior do catolicismo.

O forjamento de um sujeito "católico LGBTI+" não é constituído sem disputas e controvérsias, mas, assim como as fricções, as alianças e parcerias são centrais nesse processo. Se os atores "católicos LGBTI+" organizados são alvo frequentes de ataques, ostracismos e perseguições em diferentes níveis, eles também são peças-chave em um "campo discursivo de ação" que articula religião e diversidade sexual e de gênero como possibilidades candentes.

Como sugere o antropólogo Marcelo Natividade (2017), ao nos afastarmos de "um olhar essencialista em direção a uma visão que considere [as tradições cristãs] espaços sociais marcados por densas relações de poder, por múltiplas e conflitantes camadas discursivas" (Natividade, 2017: 18), encontramos sujeitos heterogêneos, que articulam diferentes experiências sociais e pastorais no interior desse movimento: pessoas católicas LGBTI+, que por conta de sua pertença religiosa se inserem nas ações coletivas pela cidadania religiosa plena do segmento; pessoas do movimento social LGBTI+, que encontram nos grupos aqui em discussão espaços para "retomar" sua espiritualidade deixada de lado na militância; ou, ainda, pessoas oriundas de outras experiências católicas que se inserem nos grupos da Rede Nacional para vivenciar uma fé católica "sem precisar deixar de lado" a orientação sexual e/ou a identidade de gênero. A diversidade dos sujeitos, bem como a heterogeneidade do catolicismo, nos permite "descongelar imagens do religioso" que ligam tradições cristãs à homofobia, permitindo compreender alguns dos movimentos que transcorrem em contexto e que assinalam uma visão mais diversa (Natividade, 2017: 18).

Em sua discussão sobre minorias religiosas, islamismo e homossexualidade no contexto europeu, Judith Butler (2017) propõe a noção de enquadramento para compreender e problematizar pressupostos duais e normativos, como gay *versus* religioso. A filósofa está preocupada em compreender os enquadramentos que "efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão" (Butler, 2017: 28). Desse modo, a autora alerta para os enquadramentos normativos produzidos por diversas instâncias de poder capazes de reduzir o indivíduo à sua sexualidade e/ou à sua religião, sem considerar que essas categorias operam de formas simultâneas. Assim, o que Butler propõe é que "a sexualidade e a religião funcionam como veículos uma para outra, algumas vezes em antagonismos, outras não" (Butler, 2017: 205).

De modo geral, essas outras possibilidades de enquadramentos que não condenam a diversidade sexual e de gênero são ignoradas ou atacadas por setores "fundamentalistas" ou "conservadores" da Igreja Católica. Construindo a noção de "ideologia de gênero", atores católicos e seus aliados buscam, pelo menos desde os anos 1990, frear os chamados avanços dos movimentos LGBTI+ e feministas, não só no ambiente religioso, mas também secular (Machado, 2018; Vaggione, 2014). João Paulo II e Bento XVI são figuras importantes na chamada politização reativa proposta por esses grupos "conservadores" ou "reacionários".[6] Papa Francisco, por sua vez, trouxe uma nova abordagem em relação ao tema. Chegou a defender direitos civis da população LGBTI+ e a autorizar bênçãos para casais homossexuais que procuram um sacerdote católico,[7] ainda que tenha seguido com a ideia ativa de que há uma ideologia de gênero que coloca em risco a dignidade humana. Tais movimentações têm consequências na plural Igreja Católica pelo mundo, inclusive no Brasil.

Se apenas em 2023 surgiu um documento da Santa Sé capaz de ampliar a cidadania religiosa LGBTI+ na Igreja, desde 2013, o chamado "efeito-Francisco" tem permitido que os "católicos LGBTI+" e seus aliados, especialmente no clero, vislumbrem uma Igreja mais alinhada com o respeito da diversidade sexual e de gênero. Além da imaginação de uma Igreja afirmativa da diversidade,[8] o que se observa é que atores sociais organizados há décadas encontram nos discursos do papa argentino um recurso estratégico central para legitimar a criação e a manutenção de espaços seguros para pessoas católicas LGBTI+.

Pelo mundo, pessoas perseguidas por oferecerem suporte aos pioneiros grupos católicos homossexuais, criados ainda nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, e início dos anos 2000, em países latino-americanos, passaram a ter um canal de diálogo inédito com atores da Santa Sé e a receberem manifestações públicas de apoio do próprio papa. O caso de uma freira estadunidense é emblemático.

Em 1977, a irmã Jeannine Gramick, um padre e um grupo de leigos fundaram o *New Ways Ministry* nos Estados Unidos. A freira intensificou seu ministério com pessoas homossexuais. Começou a fazer palestras, reuniões e ajudar na criação de novos grupos, e isso a projetou internacionalmente. Entrou na mira da Santa Sé. Em 1999, ela foi notificada

pela Congregação para Doutrina da Fé (CDF), ainda sob o comando de Joseph Ratzinger, futuro papa Bento XVI.

A notificação[9] era dura. A freira era acusada de não seguir a doutrina católica e a sentenciava a não seguir com seu trabalho pastoral em prol de pessoas lésbicas e gays. Se continuasse, estava indo contra a Igreja. Ela não parou. Desafiar Ratzinger trouxe-lhe algumas consequências, entre elas o desligamento de sua congregação de origem. A religiosa conta que católicos estadunidenses (religiosos e leigos) fizeram campanhas aos moldes de "caça às bruxas".

Outrora perseguida, Jeannine Gramick passou a ser benquista por Francisco. O pontífice a encorajou publicamente a seguir o seu trabalho pastoral com pessoas gays e lésbicas. Duas cartas foram enviadas por Francisco ao *News Ways Ministry*, quando se referiu a Gramick como uma "mulher valente" que sofreu muito por seu trabalho (Gramick, 2022). Já em 2023, o líder da Igreja Católica encontrou a freira no Vaticano.

O Brasil vivia uma ditadura civil-militar, iniciada em 1964, quando nasciam os grupos católicos homossexuais no Norte Global. Acreditamos que o contexto sociopolítico do país no período adiou o surgimento de coletivos semelhantes por aqui. As prioridades eram outras. Os católicos progressistas ligados à teologia da libertação e às comunidades eclesiais de base estavam preocupados com a defesa dos direitos políticos das pessoas perseguidas pelo regime. E essa atuação, ainda que tenha sido fundamental contra a ditadura, não raramente era marcada pelo machismo, homofobia e racismo. Entre as primeiras a questionarem esse problema no campo religioso estão as teólogas feministas.[10]

Já após a redemocratização, os movimentos feminista e homossexual se aprimoraram nos processos de construção de cidadania e de políticas públicas no país. Assim, os direitos sexuais, de gênero e reprodutivos reposicionam a Igreja institucional no jogo. Da luta contra o Estado autoritário, figuras do clero, leigos e outros atores, falando desde o catolicismo, buscam o "controle ideológico" do Estado para evitar conquistas de feministas e pessoas dissidentes de sexo e gênero (Steil & Toniol, 2012). A oposição de setores católicos aos direitos homossexuais também teve o processo constitucional dos anos 1980 como um palco importante.

Como afirmam Carrara e Vianna (2008: 335), a Constituição Federal de 1988 é um "marco fundamental a partir do qual a sexualidade e a

reprodução se instituíram como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil". O intenso trabalho social e político de construir uma cidadania homossexual no período – promovida, respeitada e aprimorada pelo Estado e pela sociedade civil – não ganhou aderência em setores da Igreja institucional. A partir do final dos anos 1980, período também posterior à redemocratização e, portanto, de intenso crescimento dos movimentos feminista e doravante homossexual –, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tornou-se uma importante antagonista aos direitos homossexuais. Tal atuação contra as demandas de cidadania dos grupos homossexuais tinha respaldo internacional, uma vez que, nesse mesmo período, a Santa Sé acirrou sua atuação em fóruns internacionais contra os movimentos homossexual e feministas.[11]

Como demonstramos acima, a Igreja, assim como o próprio catolicismo, não são apenas um colégio de bispos. E mesmo a própria CNBB é marcada por divergências de opinião, não sendo uma entidade homogênea, sem disputas internas. Desse modo, o enquadramento Igreja *versus* homossexuais não totaliza a relação do catolicismo com o tema nas últimas décadas, havendo constantes espaços e manifestações de divergências. Alimentando-se das ciências humanas e biológicas e dos movimentos sociais, leigos, religiosas e padres reimaginam um novo modo de tratar a diversidade sexual e de identidade de gênero desde o catolicismo.

É preciso registrar que outros atores também estão produzindo novas narrativas sobre catolicismo no mesmo contexto há décadas. É o caso das feministas católicas que citamos anteriormente. A ONG Católicas Pelo Direitos de Decidir, por exemplo, foi fundada em 1994 e atua para ligar a prática e a teoria feminista com o catolicismo, em sua ação na defesa dos direitos das mulheres. E, como demonstra Giovanna Paccillo dos Santos (2019), em anos mais recentes, a ONG trabalha para produzir um enquadramento que tornasse inteligível o desejo de ser um grupo ecumênico, moderno e feminista. Logo, é nessa trajetória que se inserem as discussões sobre diversidade sexual no catolicismo, como veremos a seguir.

Católicos dissidentes de sexo e gênero como objetos e sujeitos pastorais

André Musskopf (2008: 8) demonstra que as primeiras reflexões teológicas para a abertura dos ambientes eclesiais aos homossexuais foram, por um longo período, realizadas a partir do trabalho de "simpatizantes da causa", e não a partir dos próprios dissidentes sexuais, emergindo como sujeitos teológicos. Do ponto de vista sociopastoral, o cenário é semelhante. No Brasil, há alguns casos de sacerdotes que, em algum momento de suas trajetórias, desenvolveram uma sensibilidade para a questão das pessoas homossexuais, lésbicas e travestis. Na década de 1990, por exemplo, o padre José Trasferetti, de Campinas (SP), propôs a criação de uma "pastoral homossexual". A ideia do sacerdote ganhou destaque a partir de seu trabalho em uma paróquia periférica na cidade do interior paulista e chamou a atenção de jornais da época. Classificando homossexuais e travestis como "excluídos sociais" – uma expressão amplamente utilizada por setores mais progressistas do catolicismo para defender grupos sociais minoritários – o sacerdote chegou a defender a inclusão dos homossexuais na Campanha da Fraternidade de 1995, ampliando a ideia de exclusão para além da pobreza material.

De um lado, opositores à sua ideia começaram a taxá-lo de "padre das bichas"; de outro, parte do movimento homossexual o reconheceu como um aliado (ou "simpatizante", para utilizar uma expressão mais adequada ao período), evidenciado pelo fato de ter ganhado o prêmio Triângulo Rosa, oferecido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 1996. Assim, foi de fora da Igreja, mais especificamente do movimento homossexual, que veio o apoio para o sacerdote católico. "A proposta de Trasferetti é importante para aproximar o Cristianismo e os homossexuais", afirmou na época o militante e fundador do grupo, Luiz Mott (Meirelles, 1996). Nos anos seguintes, o padre chegou a realizar missas em uma casa onde viviam travestis que trabalhavam com prostituição e a orientar espiritualmente homossexuais e seus familiares que frequentavam a sua paróquia. Em um livro que apresenta relatos de sua atuação, afirma: "Na Semana Santa e no Natal de 1998, rezei a missa para eles no Jardim Itatinga. A convite do Travesti [sic] Denise. Deus nasceu lá! Deus está com eles" (Trasferetti: 1999: 10). Outro ponto de destaque na atuação do sacerdote é ter se tornado um porta-voz do tema nos veículos de comunicação, o que, como citado anteriormente, causou reações negativas no

âmbito público e privado. Um interlocutor que acompanhou a situação na época relata que o arcebispo de Campinas daquele momento chegou a ser enfático em uma reunião, ao dizer que não queria a pastoral para homossexuais na arquidiocese.

Essas e outras ações de Trasferetti, que viam a pessoa homossexual e travesti como um sujeito passível de ação pastoral (atendimento pastoral, aconselhamento a membros da família, realização de missas com grupos de homossexuais e travestis), demonstram uma determinada atitude do clero em relação a esse grupo. Em outras palavras, na visão de parte dos chamados "simpatizantes", a Igreja precisava acolher as pessoas homossexuais, numa dicotomia que estabelecia "nós" (Igreja) e "eles" (homossexuais e outros dissidentes de sexo e gênero). As ações tinham ênfase no indivíduo, destacando cada pessoa em si mesma. O sofrimento pessoal era o principal problema a ser resolvido, apesar de seus trabalhos evidenciarem que a luta coletiva era importante para a conquista de uma cidadania civil, como demonstram os seus relatos (Trasferetti, 1999). Em suma, seu foco era garantir dignidade a homossexuais e travestis, inclusive dentro da Igreja, tendo como estratégia central a classificação dessas pessoas como vítimas de uma desigualdade social. Sua proposta ampliava os sujeitos eclesiais e políticos da Igreja. Apesar dos esforços de Trasferetti, foi apenas em 2018 que o município de Campinas (SP) viu nascer um grupo local, o Diversidade Católica Campinas, filiado à Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT e com outra proposta, mas, de certo modo, com esse histórico presente.

Do sofrimento individual para a ação coletiva

O entendimento de que a questão LGBTI+ na Igreja estava centralmente ligada ao acolhimento dos homossexuais por parte dos padres, ajudando-os em seus sofrimentos, começou a dividir espaço com outras perspectivas a partir da criação, em 2006, do já mencionado grupo Diversidade Católica, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). É nesse momento também que a ideia de uma coletividade "católica LGBTI+" surge, deslocando a ênfase na atuação dos padres "simpatizantes" em um atendimento pastoral e espiritual para o indivíduo, em que uma mudança estrutural no catolicismo e na Igreja não eram necessariamente debatidas. Nesse sentido, o Diversidade Católica do Rio de Janeiro inicia um processo de colocar as pessoas leigas gays e lésbicas como

protagonistas dos "processos de produção de subsídios teológicos e pastorais para ajudar na conciliação das identidades católica e homossexual" (DIVERSIDADE CATÓLICA RIO DE JANEIRO, 2007), buscando oferecer respostas coletivas ao sofrimento individual. É preciso registrar, no entanto, que os sacerdotes não se afastam. Pelo contrário, há um crescimento na participação de padres nos grupos. Religiosas, freiras e religiosos não ordenados também começam a chegar com a ideia de "trabalhar junto"[12] com os "católicos LGBTI+". Assim, da mesma forma que ocorre no movimento LGBTI+, a expressão "simpatizante" começa a dar lugar para a expressão "aliado".

Desde a criação dos primeiros coletivos, há presente a ideia de que um grupo de pessoas "católicas LGBTI+" pode ser um espaço seguro não apenas para essas pessoas viverem suas experiências de fé com pessoas classificadas como iguais, mas também para forjarem suas identidades sexuais e de gênero. Para demonstrar isso, utilizamos trechos de entrevistas realizadas por um dos autores com Lula Ramires, liderança do Grupo de Ação da Diversidade de São Paulo, e com Cris Serra, liderança do Diversidade Católica do Rio de Janeiro e coautora deste texto. As reflexões de Cris Serra foram feitas em 2018, em um momento de sua trajetória de ativismo.

> Conhecer o grupo de São Paulo foi uma coisa que me fez um bem pessoal, eu me encontrei com minha fé. Pude falar: "Não estou louco. Tem gente vivendo a mesma situação que eu". Isso me reportou quando eu tinha entrado no Corsa [Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor — é uma entidade de defesa dos direitos de pessoas LGBTI+ fundada em 1995, em São Paulo (SP)], porque, numa outra escala, a gente tinha no Corsa muita gente confusa, com problemas de aceitação. Então, o Corsa foi durante um período um pouco de autoajuda. Num determinado momento, eu sabia que não precisava de ajuda e sabia que meu papel ali era de ajudar as pessoas que estavam passando por esse processo. Hoje, quando eu penso do GAPD [Grupo de Ação Pastoral da Diversidade] e também em outros grupos, eu penso que eles ainda têm esse papel de ajudar gente que tá confusa, a gente pode falar: "Vem aqui, ninguém vai te julgar, Deus te ama". (Entrevista com Lula Ramires, São Paulo, janeiro de 2019)

> Minha primeira reunião foi em 2008. O choque, a onda de emoção que me tomou na primeira missa que participei do Diversidade [Católica]. Ali entendi o quanto eu não era bem resolvida com a minha sexualidade, minha solução tinha sido me cortar do meio [...] quando eu entrava na Igreja, deixava a "lésbica" do lado de fora [...], aí eu chego no Diversidade Católica e me engajo nessa militância. (Entrevista com Cris Serra, Rio de Janeiro, julho de 2018)

As duas falas destacam como a chegada a um grupo "católico LGBT" permitiu conectar a dimensão da fé com a diversidade sexual. Vale mencionar que Cris e Lula chegaram, respectivamente, ao Diversidade Católica e ao Grupo de Ação Pastoral da Diversidade trazendo uma sólida bagagem de atuação militante e/ou profissional na defesa dos direitos humanos de pessoas LGBTI+. Enquanto Cris, carioca, atuava no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP), Lula, paulista, foi membro do Corsa. Outro ponto em comum em suas trajetórias: ambos vieram de famílias religiosas e tiveram contato com o catolicismo desde cedo. No entanto, à medida que se aproximavam do campo da diversidade sexual e de gênero, seja como profissionais ou militantes, acabavam se distanciando da religião.

Até que souberam da existência desses grupos e decidiram participar de uma primeira reunião, momento em que relataram ter conseguido "resgatar a fé", para citar uma expressão de Cris, e colocá-la ao lado não só de uma dimensão individual de identidade sexual, mas também de uma atuação militante e coletiva na defesa dos direitos das populações LGBTI+. É evidente que o enquadramento, para retomar a categoria de Butler (2017), que conectou a fé católica com a luta pela diversidade sexual e de gênero, não foi finalizado em apenas uma reunião dos referidos grupos. Contudo, essa narrativa de que tudo mudou depois do primeiro contato com um grupo "católico LGBT", comum entre os interlocutores, remete às narrativas de conversão presentes em textos bíblicos e hagiografias, quando um acontecimento extraordinário ocorre por intervenção divina na vida de alguém.

O que nos interessa destacar é que foi na concretude de um encontro religioso com outras pessoas lésbicas e gays, de uma missa, de uma conversa com o sacerdote ou em outras ações pastorais propostas pelos grupos, que os interlocutores conseguiram se constituir por completo, deixando de se "cortarem ao meio quando entravam na Igreja" e assumindo uma postura até mesmo "militante" pela cidadania dos "católicos LGBT". Dessa forma, esses atores conseguem construir uma noção de direitos humanos e religião que transcende a interpretação estritamente jurídica que regulamenta esses direitos (Hunt, 2009; Barbosa, Silva & Nagamin, 2023).

Como nos lembram Barbosa, Silva e Nagamin (2023) em diálogo com os escritos de Birgit Meyer (2010, 2019), as religiões, quando enqua-

dradas como formações estéticas, tornam-se tangíveis e intangíveis por meio de uma estética materializada na estrutura do espaço, em edificações, objetos e instrumentos de culto, na indução de sensações por meio de técnicas corporais e nas mídias. No contexto descrito pelos nossos interlocutores, isso ocorre quando eles vivenciam a experiência de participar de um ato religioso em que pessoas LGBTI+ são protagonistas na organização do espaço físico, na condução de leituras e reflexões bíblicas ou no auxílio ao sacerdote no manejo dos objetos litúrgicos.

A partir da rede de contatos criada em volta do grupo carioca, outros coletivos nasceram nas cidades de São Paulo (SP), Brasília (DF), Curitiba (PR) e Ribeirão Preto (SP). Na maioria dos casos, a criação desses outros grupos se deu da seguinte forma: alguém conhecia o grupo do Rio de Janeiro – seja pela internet ou por algum outro caminho –, entrava em contato e, quando possível, ia ao Rio para acompanhar de alguma reunião do Diversidade Católica local. De igual modo, há casos de pessoas que integravam o grupo carioca e, por motivos pessoais, se mudaram para outras cidades, criando novos grupos nos mesmos moldes. Um exemplo é o Diversidade Cristã em Brasília, criado em 2013 por Bruno Feitosa, que participava do grupo carioca antes de se mudar para a capital federal. A inspiração do grupo brasiliense no grupo carioca também abrangia os formatos e os temas abordados em seus encontros: "os temas são diversos: afetividade e sexualidade, como rezar, como é ser LGBT na Igreja, quais são os nossos direitos, as leis que nos protegem" (entrevista com Bruno Feitosa, por telefone, maio de 2018). Com o crescimento dessa rede informal, membros dos grupos carioca e paulistano decidiram realizar, em 2013, um encontro aberto para reunir todos os coletivos em funcionamento. Era hora de entender como as coisas estavam acontecendo de forma mais ampla.

O I Encontro Nacional de Grupos Católicos LGBT é um divisor de águas para os atores. Realizado no *campus* da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em junho de 2014, o evento durou apenas uma tarde e reuniu aproximadamente 20 pessoas de seis grupos e de três núcleos em formação. Na visão de quem esteve no encontro, seja em relatos de arquivos ou entrevistas fornecidas para nossas pesquisas, o contexto político, social e eclesial foi ideal para a realização daquele primeiro encontro, aberto ao público: a controversa efervescência política iniciada no Brasil com as Jornadas de Junho de 2013, as falas do papa

Francisco que remetiam a uma suposta abertura para a homossexualidade na Igreja e a regulamentação no Brasil do casamento civil igualitário, permitido desde 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Tudo isso se refletiu no manifesto[13] lançado pelo grupo após o encontro. Nele, os signatários expressam alegria com "as palavras e ações do Papa Francisco em favor da renovação da Igreja" e instam a Igreja a considerar as "novas configurações familiares", incluindo casais homossexuais que adotam crianças. O manifesto afirma que, como filhos da Igreja, nela batizados, os "católicos LGBT" receberam o "dom da fé através de nossos pais e de nossas comunidades. Ao nos conhecermos melhor, descobrimos a condição homossexual. Somos solidários aos demais LGBT em favor de uma sociedade sem homofobia e sem discriminação" (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2013). O documento também recorre aos saberes médicos e psicológicos para classificar como "anacrônica" a visão da Igreja institucional que considera a homossexualidade uma tendência desordenada.

Um sentimento de esperança de que alguns avanços só ocorreriam a partir da união dos grupos estava mais consolidada do que nunca. Nasce, então, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. Após o encontro de 2014, a Rede Nacional não realizou nenhuma atividade significativa para além de manter ativa uma página no *Facebook,* onde publicavam-se *links* de reportagens e outros conteúdos a respeito da temática da diversidade sexual e catolicismo. Quando questionamos as pessoas interlocutoras sobre os motivos que levaram a esta inércia na Rede Nacional, a resposta, de um modo geral, gira em torno do fato de que a organização foi criada "no calor do momento", e que o dia depois do evento não entrou na pauta, já que nem foi formada uma comissão de trabalho para colocar a organização para funcionar, de fato.

Apesar de não ter uma equipe nacional para liderar o trabalho, as relações de amizade permitiram que outros grupos fossem surgindo ao passar dos anos. E apenas em junho de 2018, em São Paulo, a Rede Nacional voltou a realizar um segundo encontro nacional, muito por conta da necessidade dessas pessoas se conectarem. Uma casa franciscana na capital paulista foi a sede do evento.

Uma organização de alcance nacional

Em 2018, o "problema da homossexualidade" na Igreja estava em outro estágio. Com cinco anos de papado, Francisco já havia emitido diversas declarações públicas que abriram a Santa Sé para o diálogo sobre o tema, mesmo sem mudanças doutrinárias. O impacto do "efeito Francisco" era observado nas paróquias e comunidades mundo afora, inclusive no Brasil. O país tinha em funcionamento duas pastorais da diversidade sexual, na Diocese de Nova Iguaçu (RJ) e na Arquidiocese de Belo Horizonte (BH). O país vivenciava também o aprofundamento de uma crise sociopolítica, iniciada em 2016, com o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Nesse contexto político, a crescente "onda conservadora" (Almeida, 2017) provocou também a emergência de novos atores políticos alinhados às ideias progressistas, antifundamentalistas e democráticas, inclusive dentro do campo religioso.

A principal novidade do encontro II Encontro Nacional de Católicos LGBTI+, realizado em São Paulo (SP) em maio de 2018, com a presença de 60 pessoas inscritas, foi a criação de uma coordenação nacional. Outro ponto a destacar é a aprovação de uma Constituição, com os valores, missão e objetivos da organização. A estrutura mais robusta do encontro (três dias de evento, com alimentação e uma rede de hospedagem solidária para quem era de outras cidades e estados) e a programação extensa (com plenárias, momentos dedicados à espiritualidade e uma mesa-redonda com parceiros de outras organizações) apontavam para um amadurecimento daqueles atores enquanto sujeitos políticos e eclesiais. Os 60 inscritos ficaram hospedados em hotéis ou na casa de integrantes do Grupo de Ação Pastoral da Diversidade e do Movimento Pastoral Marielle Franco, os coletivos da Rede Nacional em funcionamento na capital paulista. Se no encontro de 2014 houve a intenção de formar uma organização capaz de estabelecer relações com outros atores e ter incidência dentro e fora da Igreja, essa intenção ganhava concretude em 2018.

O manifesto público do encontro enfatiza o papel do laicato nos grupos e demonstra interesse em contribuir para alianças "com todas as pessoas que são excluídas da Igreja e/ou da sociedade em virtude de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual" (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2018, s.p.). Além disso, o manifesto afirma que o coletivo se abre para o "diálogo com nossas irmãs e irmãos de

outras tradições religiosas, cristãs e não cristãs" na "construção de um mundo em que reinem o Amor e a Justiça, e onde todas e todos tenham espaço para serem quem são".[14] O documento apresenta o trabalho da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, trazendo um retrospecto da entidade e destacando: "Nosso trabalho tem se concentrado no desenvolvimento de ações pastorais dedicadas à promoção da cidadania de pessoas LGBTI+ na Igreja e na sociedade". Identificamos em nossas pesquisas que a utilização de frases como "promoção da cidadania de pessoas LGBTI+ na Igreja e na sociedade" começa a se tornar mais comum nos discursos dos nossos interlocutores a partir deste encontro de 2018. Os encontros nacionais são espaços de fluxos contínuos, permitindo, por exemplo, que pessoas com menos experiência no campo dos direitos humanos e de movimentos sociais pudessem ter contato com essa gramática de direitos e cidadania e, a partir de suas experiências – regionais, raciais, educacionais e outras –, articular isso com a gramática religiosa.

Assim como em 2014, o dia depois do encontro de 2018 não foi fácil. Sem recursos financeiros, a primeira coordenação da Rede Nacional enfrentou o desafio de gerir uma rede de grupos extremamente diversos. Ainda que a categoria "católicos LGBTI+" unisse esses coletivos, cada um se organizava a partir de seu contexto local e das influências trazidas pelas pessoas fundadoras em suas experiências com outros espaços religiosos: da Teologia da Libertação à Renovação Carismática Católica; do Ofício Divino das Comunidades à Oração do Terço; da demanda por institucionalização de uma pastoral LGBTI+ ao desejo de assumir a margem como um espaço potente para o trabalho pastoral; do desejo de formalizar a Rede Nacional como uma organização não governamental à certeza de que uma organização informal garantiria a democracia interna.

As diferenças refletiram em conflitos e disputas em torno dos rumos que a organização deveria tomar. Essas tensões ficaram mais evidentes no III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+, realizado de forma totalmente remota em novembro de 2020, por conta da pandemia de covid-19, e contou com aproximadamente 140 pessoas inscritas. Naquele encontro, havia um grupo de pessoas que acreditavam que a Rede Nacional precisava se institucionalizar. A abertura de um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) seria um passo importante nesse sentido. Esse mesmo grupo também cobrava uma mudança na estrutura

de coordenação. Um outro conjunto de pessoas, por sua vez, não via com bons olhos a criação de um CNPJ e, apesar de reconhecer falhas na estrutura organizacional, demandava mais tempo para resolver a questão.

Pela primeira vez, o texto final do encontro foi chamado de carta, e não de manifesto, como nas duas edições anteriores. Um dos destaques é o espaço que o documento reservou para o fato de a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT ser composta por "coletivos leigos". Isso ocorreu porque o terceiro encontro foi concluído justamente no Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas (20 de novembro). Outro ponto relevante neste contexto é que foi neste encontro que a entidade dos "católicos LGBT" recebeu formalmente o convite para integrar o Conselho Nacional do Laicato (CNLB). A carta também destacou que os grupos são espaços de fortalecimento do "testemunho de vida cristã, sendo para todes espaços seguros de encontro, partilha, escuta e aprendizado mútuos, e celebração da nossa diversidade" (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2022, s.p.).

É importante registrar que a nova equipe de gestão foi composta por seis integrantes com menos tempo de atuação na Rede Nacional. Nenhum dos novos eleitos participou do primeiro encontro, em 2014, enquanto, na primeira equipe, eleita em 2018, pelo menos três dos seis membros estiveram diretamente envolvidos na criação da entidade. Diferentemente da primeira coordenação nacional, em que as divergências teológicas, pastorais e políticas eram mais evidentes, a nova coordenação eleita em 2022 apresentou uma coesão teológica e ideológica que não foi encontrada na gestão anterior. Em outras palavras, os novos coordenadores chegaram à liderança da Rede Nacional com uma experiência prévia em pastorais sociais e movimentos sociais, estando acostumados a práticas teológicas e pastorais mais progressistas. No final do evento, foi eleita uma nova coordenação, nos moldes da anterior, com a eleição de um coordenador nacional, coordenadores regionais, coordenação de comunicação e coordenador de assessoria. Após uma primeira gestão de coordenação se dedicar à organização interna da própria Rede Nacional, a segunda gestão, iniciada em 2022, dedicou mais tempo no estabelecimento de relações com seus "outros". Aliando esse perfil ao fato de a entidade estar mais estabilizada, a partir de 2022, integrantes da Rede Nacional começaram a participar mais ativamente de eventos promovidos por pastorais

sociais e outros movimentos católicos progressistas, tema da próxima seção.

A formação de alianças e parcerias

Em julho de 2022, a Semana Social Brasileira (SSB), uma organização mantida pela CNBB,[15] organizou os "Mutirões pelas vidas LGBTQIA+", que consistiram em três encontros *online* para refletir sobre "os conceitos básicos, a dimensão da fé e o direito de acesso à terra, à moradia e ao trabalho da população LGBTQIA+" (SEMANA SOCIAL BRASILEIRA, 2022, s.p.). Em outro momento, o texto de apresentação do evento destaca que, entre "os obstáculos enfrentados diariamente pelas pessoas LGBTQIA+, estão o preconceito, a exclusão, a violação de direitos e a participação em comunidades de fé sem discriminação e LGBTfobias" (SEMANA SOCIAL BRASILEIRA, 2022, s.p.).

Os temas e os palestrantes dos mutirões foram: Vidas LGBTQIA+: conceitos básicos, com Lula Ramires (integrante do Grupo de Ação Pastoral da Diversidade, grupo que é membro da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT); Vidas LGBTQIA+: comunidades de fé, com Marianne Luna (Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT); Vidas LGBTQIA+: por terra, teto e trabalho, com Mateus Quevedo (Movimento dos Pequenos Agricultores), Erika Hilton (ativista pelas causas LGBTQIA+ e política), Dê Silva (Conselho Nacional Popular LGBTQIA+), e Marcos Freire (Associação Brasileira de Gays); e, por fim, A Bíblia e as Vidas LGBTQIA+, com Luís Corrêa Lima (teólogo, professor e jesuíta).

Só a programação já é suficiente para exemplificar as alianças – duradouras ou pontuais – que os "católicos LGBT" forjaram na realização deste evento. É a partir de um espaço institucional da Igreja Católica, a SSB, que os atores do campo se conectam com integrantes de movimentos sociais, ativistas independentes, acadêmicos e políticos. Retomando Alvarez (2014: 18-19), podemos dizer que os "católicos LGBT", construtores e constituintes de um "campo discursivo de ação", parecem buscar dar sentidos e noções – "pelo menos parcialmente compartilhadas" e "quase sempre disputadas" – para os temas de cidadania e direitos e, de forma mais ampla, para o próprio catolicismo, tudo isso se articulando "formal e informalmente, através de redes político-comunicativas – ou melhor, teias ou malhas – reticuladas".

Neste jogo estratégico de estabelecer alianças e parcerias dentro e fora da Igreja, com o objetivo de garantir o direito à fé das pessoas "católicas LGBTI+", é quase unânime entre as pessoas interlocutoras que o principal passo que a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT deu, desde sua criação, foi se filiar ao já citado Conselho CNLB. Ainda que boa parte dos integrantes da organização não conhecesse, de fato, o funcionamento deste conselho, sua inserção na Igreja institucional trouxe a ideia de que a Rede Nacional era uma entidade com credibilidade e reconhecimento.

O organismo representativo do laicato brasileiro mantém um diálogo amplo com outros atores católicos institucionais e está presente em diversas dioceses e arquidioceses do país. Ao passar a fazer parte do CNLB, os integrantes dos grupos católicos LGBTI+ se juntaram a essa rede nacional mais ampla de leigas e leigos. Por conta dessa proximidade com o CNLB, por exemplo, a Rede Nacional participou oficialmente da etapa do Cone Sul do Sínodo da Sinodalidade,[16] realizado em Brasília (DF), em março de 2023. Assim, pela primeira vez na história, uma organização brasileira de pessoas LGBTI+ participava de um evento oficial e institucional da magnitude de um sínodo. Os dois delegados da entidade foram Silvia Kreuz (Grupo Católico de Acompanhamento Pastoral com Pessoas LGBT, de Curitiba-PR) e Newton Rodrigues Freire Júnior (Diversidade Cristã de Brasília, no Distrito Federal).

A Rede Nacional e seus grupos também estabeleceram parcerias com congregações religiosas, com destaque para os jesuítas e os franciscanos. É possível encontrar grupos se reunindo em espaços mantidos pelos religiosos, além de receber suporte material, pastoral e teológico. Um exemplo emblemático é o sacerdote jesuíta Luís Corrêa Lima, professor da PUC-Rio e um dos fundadores do Diversidade Católica Rio de Janeiro, criado em 2007. Para além de desenvolver ações pastorais voltadas para pessoas LGBTI+, ele também tem produzido acadêmica e teologicamente sobre o tema. Desde 2007, o padre e professor universitário lidera o Grupo de Pesquisa Diversidade Sexual, Cidadania e Religião da PUC-Rio (DIVERSIDADE SEXUAL, CIDADANIA E RELIGIÃO, 2007), que busca "levantar os conflitos existentes, as possibilidades de convergência, e também elaborar reflexões e subsídios para novas formas de convivência e interação". Outros exemplos incluem: em Fortaleza (CE), dois grupos ligados à Rede Nacional funcionam em uma paróquia franciscana; em

São Paulo, um grupo funciona em uma casa franciscana e outro ocupa o espaço de uma paróquia da zona leste; e em Campinas (SP) e Brasília (DF), os grupos são acolhidos por casas mantidas pelos jesuítas.

Como Luís Corrêa, outros pesquisadores das ciências sociais e da teologia aparecem no campo, ora como cientistas e "católicos LGBTI+", ora como cientistas e aliados. Vale mencionar algumas monografias, produzidas no âmbito de mestrados e doutorados, além de livros e artigos também registrados no campo. Podemos citar os textos de Murilo Araújo (2014), na linguística; Cris Serra (2017), na saúde pública; Karina Barajas (2016) e Jeferson Batista Silva (2019), na antropologia social; além dos já citados Luís Corrêa Lima (2021) e Leomar Nascimento de Jesus (2024), na teologia, para mencionar apenas alguns exemplos. Como nos lembra Carrara (2016), as ciências sociais – especialmente a antropologia – atuaram em parceria com outros atores da sociedade no processo de cidadanização das sexualidades. Identificamos o mesmo movimento no campo aqui estudado, com a teologia – também com visões condenatórias das diversidades – ganhando destaque como uma aliada na formação de uma "cidadania religiosa" para pessoas LGBTI+.

A Rede Nacional cresceu em tamanho e relevância entre os anos de 2020 e 2023. São 23 grupos em funcionamento em 10 estados brasileiros e em todas as regiões do país; um núcleo para mulheres LBT (lésbicas, bissexuais e trans) e pessoas não-binárias, um núcleo em formação de pessoas negras; um núcleo em formação de psicólogos e psicólogas e um núcleo que reúne pessoas que vivem em locais sem grupos físicos. Há diálogos com grupos de pessoas religiosas e sacerdotes interessados na questão da diversidade sexual e de gênero no catolicismo, com atores da academia, da imprensa e com grupos cristãos de outras denominações, dentro de um ecumenismo estratégico da diversidade (Batista Silva, 2019). Enquanto o país passava pelo governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, a Rede Nacional foi estabelecendo relações cada vez mais com outros atores dispostos a resistir ao "fundamentalismo religioso" dentro e fora do catolicismo.

Em outubro de 2023, a entidade realiza seu quarto encontro nacional. Uma casa de retiros dos jesuítas em Fortaleza (CE) foi a sede do evento que reuniu pelo menos 50 pessoas de quase todos os grupos em funcionamento da Rede Nacional. Nesse encontro, a demanda por uma nova estrutura organizacional foi, finalmente, atendida. Na tentativa de

deixar os "trabalhos mais dinâmicos e horizontais", a coordenação nacional passou a se chamar equipe nacional, passando a adotar a seguinte estrutura: secretaria nacional, secretaria executiva, lideranças regionais, comunicação pastoral e assessoria. O encontro contou com a presença de pessoas religiosas não católicas, membros dos movimentos sociais por terra e pelos direitos LGBTI+, além de figuras ligadas ao Poder Executivo Municipal da capital cearense.

É nesse mesmo espírito de interseção entre diferentes campos que a carta final do encontro foi divulgada. O texto relata que "o evento contou com membros de 17 grupos e núcleos do Brasil formados por cristãos leigos e leigas que desenvolvem ações pastorais para garantir a cidadania de pessoas LGBTQIAPN+ na Igreja e na sociedade", tendo como lema "Diversidade e unidade: por um novo céu e uma nova terra" e inspiração bíblica "Eis que faço nova todas as coisas" (Ap. 21,5). Mais adiante, o texto – direcionado à Igreja, às organizações sociais, aos organismos governamentais e a toda a sociedade brasileira – aborda as discussões do debate político daquele momento, especificamente a aprovação na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, de um projeto de lei com o objetivo de proibir a união civil de pessoas do mesmo gênero no Brasil. Para os autores da carta, trata-se de "um retrocesso sem precedentes em nossa luta por cidadania plena e que mostra como os nossos direitos podem ser liquidados a qualquer momento" (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2023). É salutar ressaltar que, ao se opor a um projeto de lei encabeçado por lideranças cristãs classificadas pelos interlocutores como "fundamentalistas", fica evidente a disputa em torno dos direitos e dos sujeitos desses direitos no Brasil contemporâneo. Tornam-se, portanto, uma contraprova pública as visões que sempre colocam em lados opostos a diversidade sexual e de gênero e o cristianismo.

Ainda segundo o documento, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT "une forças a outras organizações, redes e movimentos, religiosos ou não religiosos, que atuam pela cidadania plena das pessoas LGBTQIAPN+ para impedir retrocessos e trabalhar por transformações sociais, culturais e políticas" (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2023). Em outro momento, o documento afirma que a entidade se une aos esforços "na luta pela dignidade e cidadania de outras populações oprimidas e discriminadas, como as mulheres, pessoas negras,

povos originários e tradicionais, população de rua, pessoas com deficiência, migrantes e refugiadas" (REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2023). A carta também condena as terapias de reversão sexual e apoia o Sínodo da Sinodalidade.

Demonstramos até aqui que a organização dos sujeitos católicos LGBTI+ é marcada pela realização de eventos, sobretudo os chamados encontros nacionais. Nesses momentos, o "campo discursivo de ação" no qual a Rede Nacional está inserida fica evidente. As alianças e os conflitos entram em cena, e o poder se manifesta na conexão via categorias como direitos, religiões e cidadania. É nesse contexto e com essas estratégias que se forja uma cidadania religiosa.

Uma cidadania religiosa para os "católicos LGBTI+"

Articulando a gramática do catolicismo e dos direitos, acreditamos que os "católicos LGBTI+" criam estratégias para defender o direito ao sagrado como um direito humano, incluindo nesse aspecto a sua liberdade religiosa**.** A discussão sobre cidadania, liberdade e intolerância religiosa no espaço político e acadêmico no Brasil foi realizada, majoritariamente, a partir da análise da relação entre neopentecostais e religiosos afro-brasileiros (Batista Silva & Toniol, 2019). Há, porém, outras dimensões da intolerância religiosa, inclusive aquela que intersecciona a diversidade sexual e de identidade de gênero com os cristianismos.

Com base em uma análise de dados estatísticos extraídos de relatórios brasileiros sobre intolerância, Jeferson Batista Silva e Rodrigo Toniol (2019) argumentam que "dissidentes sexuais e de gênero passam a enfrentar casos de homofobia e transfobia de grupos religioso dominantes, que, em alguns casos, estão dentro de suas próprias comunidades eclesiais". Especialmente sobre o catolicismo, os pesquisadores afirmam que não é raro católicos utilizarem categorias como "infiltrados", "impuros" e "pecadores" para se referir às pessoas LGBTI+ inseridas na Igreja. Nesse sentido, para Natividade (2017: 18), há "uma sinergia entre intolerância sexual e intolerância religiosa".

A ideia de que "Deus ama o pecador, não o pecado" ou de que essas pessoas são "infiltradas na Igreja" tem se desdobrado em ataques diversos, sobretudo contra a honra de pessoas "católicas LGBTI+" e seus aliados. Por considerar o sagrado e a liberdade religiosa como direitos humanos,[17] os "católicos LGBTI+" têm se inserido em iniciativas pela

liberdade religiosa e no combate à intolerância religiosa com outras igrejas e grupos religiosos, ONGs e setores do movimento LGBTI+. Essa inserção amplia as ações desse grupo para além de sua filiação religiosa, o catolicismo. Essas visões transformam a letra inanimada de codificações jurídicas sensíveis e inteligíveis, criando condições para acontecimentos públicos, abrindo campo de interlocução e concorrendo na produção de sujeitos (Barbosa, Silva & Nagamin, 2023).

O "Bloco Gente de Fé contra a LGBTfobia" é um exemplo dessa estratégia. A iniciativa "nasceu a partir de uma experiência do ecumenismo e do diálogo inter-religioso como chave de análise e construção de reflexões coletivas no 1º Congresso Igrejas e Comunidade LGBTI+" (Batista Silva & Rabello, 2023), realizado em junho de 2019, na Catedral Anglicana da Santíssima Trindade, na capital paulista. Portanto, naquela data e em outras duas vezes, lideranças religiosas de diversas denominações e tradições passaram a se reunir no final de semana da Parada LGBTQI+, em São Paulo (SP), para celebrar a diversidade religiosa, sexual e de gênero, e afirmar o direito à cidadania religiosa das pessoas LGBTI+.[18]

Nessa articulação com atores do terceiro setor, da academia e dos movimentos sociais – sendo que, em muitos casos, o sujeito católico LGBTI+ está ocupando um ou mais desses lugares em simultâneo –, integrantes da Rede Nacional estão cada vez mais colocando em seu vocabulário categorias relacionadas aos direitos humanos e à cidadania. Como argumentamos acima, essas dinâmicas permitiram inserir os católicos LGBTI+ no processo de cidadanização "das sexualidades e expressões de gênero não-normativas" (Carrara, 2016). Em entrevista concedida para um dos autores deste texto, em abril de 2021, o geógrafo Luis Rabello, coordenador da Rede Nacional de Grupos LGBT naquele momento, reflete sobre a relação entre religião, cidadania e direitos:

> Eu vejo a Rede como um espaço para lutarmos pelos nossos direitos, dentro e fora da Igreja. Fazemos isso nos alimentando dos movimentos sociais, do movimento LGBT. Isso porque muitos dos nossos membros integram coletivos e redes da militância LGBT. Por outro lado, também vejo que a Rede oferece uma contribuição para o movimento social ao demonstrar que a cidadania religiosa é também um direito. Não podemos ser excluídos de uma comunidade religiosa por causa da nossa orientação sexual. O direito à fé está garantido na Constituição Federal, por exemplo. O que queremos mostrar para a militância LGBT e para a Igreja é que não negociamos a nossa fé, nem a nossa identidade sexual e de gênero e, é nesse cruzamento que

> lutamos pela nossa cidadania. Quero dizer que como pessoas LGBT que professam a fé católica só teremos nossa cidadania plena quando nossa experiência religiosa for respeitada pela Igreja institucional e pelo movimento social. Nós sempre fizemos parte da Igreja, do mesmo jeito que sempre fizemos parte da militância. (Luis Rabello, coordenador da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, abril de 2021)

De família católica, Luis, coordenador da Rede Nacional entre 2020 e 2023, teve uma atuação intensa em comunidades religiosas quando adolescente. Ao mesmo tempo, desenvolveu uma militância dentro de um partido político de esquerda e em uma organização do terceiro setor. Chegou a concorrer ao cargo de vereador em um município do interior de São Paulo, tendo a defesa dos direitos humanos com foco na diversidade sexual e identidade de gênero como uma de suas bandeiras. Sua chegada à Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, no entanto, ocorreu apenas em 2018, devido a pessoas próximas que já estavam na entidade. E, como relatou em entrevista, foi um "momento de resgate de sua espiritualidade" e de entendimento de que sua "fé e militância pelos direitos humanos sempre andaram do mesmo lado". Sua trajetória é um exemplo dos fluxos de trocas e circulação de atores e categorias entre igreja, movimento, academia, terceiro setor e outras áreas, apontando para um processo que vai além das pessoas católicas LGBTI+. Este é o que consideramos um "campo discursivo de ação". Assim, quando cita "cidadania plena", Luis mobiliza um arcabouço sociojurídico para defender a ideia de que cabe à Igreja institucional e a outros setores da sociedade respeitar os "católicos LGBT".

No âmbito eclesial, o manejo de uma cidadania não é uma exclusividade desse segmento religioso. Embora possa parecer paradoxal, grupos católicos classificados como conservadores também articulam uma noção de cidadania religiosa. O foco deles, porém, é a utilização dessa cidadania no campo político para frear a conquista de direitos sexuais e de gênero. Nesse sentido, a ideia de cidadania religiosa também está em disputa a partir do catolicismo. No campo conservador, esta cidadania é forjada a partir da articulação entre atores religiosos e seculares e é composta por três dimensões, de acordo com Vaggione (2017): o traçado de fronteiras identitárias, a mobilização de crenças e o reconhecimento de direitos religiosos.

Trata-se de uma apropriação do discurso dos direitos e da cidadania por atores religiosos para se legitimar no debate público, articulando

uma identidade pública como cidadãos e sujeitos de direito desde a sua pertença religiosa. E a partir dessa compreensão, empreende estratégias para defender a "moral católica" contra os direitos sexuais, de gênero e reprodutivos. Em síntese, falando do mesmo lugar religioso – catolicismo –, dois segmentos, com perspectivas opostas, reivindicam uma cidadania religiosa.

O investimento de grupos religiosos em estratégias para defender seus valores no campo não religioso aponta para estudos que questionam a suposta ausência da religião no Estado por conta da separação entre as duas esferas na modernidade, como já descrevemos acima. É nesse sentido que inserimos a noção de "cidadania religiosa plena para pessoas LGBTI+" dentro de um debate mais amplo sobre o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil, que movimenta as ciências humanas, aqui especialmente a antropologia, como mostra Carrara (2016). Para as pessoas interlocutoras de nossas pesquisas, a pertença católica é inegociável, tanto no contexto eclesial (paróquias, pastorais e outros movimentos) quanto no contexto não religioso (movimento LGBTI+ e espaços de sociabilidade). Ser uma pessoa LGBTI+ e manter-se atuante nos ambientes católicos é um direito igualmente central quanto outros direitos, como o uso de nome social ou casamento civil.

Há, contudo, um adicional nesse contexto: a subjetividade baseada em elementos da espiritualidade, que se aproxima com a noção de experiência discutida por Facchini, Carmo e Lima (2020). "Somos batizados, o nosso batismo nos torna membros dessa Igreja. Ninguém nos tira o Senhor", afirmou Daniela Oliveira, integrante do Diversidade Católica de Santos (SP), durante o encontro nacional realizado em 2023, em Fortaleza (CE). Em resumo, a ação coletiva, entendida como uma luta política ou militância, seja pelo próprio grupo, por atores institucionais, parceiros ou antagonistas, só ocorre por conta da afirmação de que esses sujeitos são católicos. E, portanto, no entendimento que há uma desigualdade baseada na diversidade sexual e de identidade de gênero na Igreja.

É bem verdade que há entre os atores "católicos LGBTI+" acusações mútuas de que alguns "querem só rezar" enquanto outros "querem só militar". De um modo geral, porém, a definição de Luis Rabello sintetiza essa discussão: "nossa espiritualidade é encarnada", o que, em outras palavras, significa dar corpo - no caso um corpo dissidente no campo da sexualidade e do gênero – à prática espiritual, que é o caminho encontrado

para estar em muitos espaços, religiosos ou não. Afinal, como afirmam, o próprio Deus encarnou em Cristo. É esse estar no mundo, de corpo e alma, que parece traduzir uma prática espiritual e política com os olhos voltados à defesa dos direitos das pessoas LGBTI+.

Conclusões

> Quando chegou a noite de 28 de junho de 1969, estavam todos reunidos no mesmo lugar: o bar Stonewall Inn, no bairro de Greenwich Village, Nova York. De repente, veio de fora um forte estrondo, como se fosse uma ventania, que logo encheu o lugar onde eles se encontravam: era mais uma batida policial, como de costume.
> No entanto, nesse momento, acenderam-se como que línguas de fogo na mente e no coração das pessoas reunidas no Stonewall e todas foram tomadas por uma sagrada indignação, que se manifestou em cada uma delas.
> Todas, todos e todes ficaram cheios de um desejo de liberdade e começaram a falar, gritar palavras de ordem, cantar canções de protesto, como "We shall overcome" (Venceremos), e a insurgir-se contra a repressão policial.
> Todos, portanto, falavam a mesma língua. Moravam e se divertiam naquele bairro de Nova York pessoas das mais diversas origens, identidades de gênero e orientação sexual. Quando ouviram o barulho, juntou-se a multidão e todos ficaram, a princípio, confusos, pois cada um entendia em sua própria carne aquele ímpeto de liberdade que tomava a todos.
> Cheios de espanto e admiração, diziam, com seus gestos, cantos, corpos e mentes: "Essas pessoas que estão protestando não são todas vítimas de silenciamento e repressão? Como é que nós os entendemos em nossa própria carne e realidade? Nós que somos gays, lésbicas e bissexuais; travestis, transexuais e transgêneros; queers, não-binários e assexuais; intersexo e até heterossexuais.
> Somos da cidade, da periferia, do campo; negros, brancos e amarelos; gente da Ásia, da África e das Américas, da Europa e da Oceania, também norte-americanos que aqui residem; crentes e ateus, jovens e velhos. Todos nós os entendemos em sua paz inquieta e expressiva, anunciar a liberdade, resistir e inaugurar um novo tempo. Palavra do Amor (Cruz, 2022).

Abrimos as conclusões deste artigo com um texto escrito por Edilson Cruz, professor e integrante do Movimento Pastoral Marielle Franco, grupo ligado à Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT em São Paulo (SP). A produção textual sintetiza e exemplifica nossa discussão ao conectar, em uma única narrativa, um evento central para o cristianismo e outro para o movimento LGBTI+: de forma criativa, Edilson Cruz narra a história da Revolta de Stonewall, ocorrida em 28 de junho de 1969 e

tido como o mito fundador do ativismo LGBTI+ no Ocidente (Quinalha, 2022), juntamente com a passagem bíblica de Pentecostes, presente no livro dos Atos dos Apóstolos (At 2.1). Na linguagem do autor, as pessoas que se levantaram contra a repressão policial no bar nova-iorquino são inseridas na narrativa bíblica dos primeiros cristãos que receberam o Espírito Santo. Movimento social pela diversidade sexual e de gênero, teologia e pastoral se encontram em um único espaço.

Acreditamos que a utilização de categorias como "cidadania religiosa" no contexto dos "católicos LGBTI+" está em consonância à luta por cidadania e direitos para as pessoas LGBTI+. Não é à toa que a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT começa a ganhar força no final da primeira década dos anos 2000, justamente quando se observa a intensificação desse processo de cidadanização das sexualidades e identidades de gênero dissidentes (Carrara, 2016; Facchini, 2018). Como mostramos ao longo deste artigo, as ações no ambiente eclesial católico brasileiro voltadas a pessoas dissidentes de sexo e gênero passaram de uma ênfase no sofrimento pessoal do individuo, até os anos 1990, para uma ênfase na ação coletiva e na afirmação da diversidade e dos direitos, a partir nos anos 2000. Nesse segundo período, nasceu, assim, a ideia de uma cidadania religiosa plena para pessoas "católicas LGBTI+".

Michel Foucault (1979: 241) diz que "a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência". Levando essa máxima em consideração, podemos compreender que a visão doutrinária condenatória não impediu que os "católicos LGBTI+" criassem espaços seguros para a vivência de sua fé, desafiando padrões normativos de sexo e gênero e oferecendo novas possibilidades para redefinir o espaço religioso. Mas essa ação vai muito além do catolicismo: a construção dessa cidadania é feita em constante diálogo com atores religiosos e não religiosos. Academia, movimento social, imprensa, ONGs, organizações católicas institucionais, congregações religiosas e setores do Estado formam um "campo discursivo de ação" (Alvarez, 2014) em que a Rede Nacional é um nó articulador importante.

A categoria "cidadania religiosa católica LGBTI+" é reivindicada em um ambiente polissêmico e de conflitos diversos, incluindo a relação com os católicos conservadores, que também buscam constituir uma cidadania religiosa para estabelecer estratégicas de atuação de enfrentamento

aos movimentos feministas e de diversidade sexual e de gênero (Vaggione, 2017).

Por fim, acreditamos que a ação coletiva dos "católicos LGBTI+" brasileiros serve como um exemplo para ilustrar a premissa de que a laicidade moderna não afastou a religião do ambiente público, mas provocou a inserção de novos atores religiosos no debate. É também, nesse sentido, um exemplo evidente da pluralidade católica. Abandona-se, desta forma, a ideia de que a religião está somente na esfera privada. Com isso, podemos entender o elemento religioso como fundamental nas discussões contemporâneas sobre democracia, direitos humanos e cidadania.

Entendemos que a religião – especialmente a cristã, no Brasil – tem um papel central na fratura das instituições democráticas. Especialmente no catolicismo, há diversas estratégias de atuação conservadora, inclusive em setores do Estado, como o judiciário (Marsicano & Tesser, 2024). Entendemos, também, que a presumida hegemonia desses grupos não apaga as frentes contra-hegemônicas religiosas que buscam fortalecer a democracia e os direitos humanos – todos esses atores, com suas contradições, limitações e potencialidades.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: *Cadernos Pagu*, n.43, pp. 13-56, 2014.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. In: *Cadernos Pagu*, n.50, 2017

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

ARAÚJO, Murilo Silva de. *O amor de Cristo nos uniu: construções identitárias e mudança social em narrativas de vida de gays cristãos do grupo Diversidade Católica*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguisticos e Estudos Literários) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. In: *Cadernos de Campo*, v.19, n.19, pp. 263-284, 2010.

BARAJAS, Karina Barcenas. Iglesias para la diversidad sexual y de género en México y Brasil: sus programas de modernidad y el proceso de transnacionalización religiosa. In: *Debates do NER*, v.29, n.17, pp. 238-288, 2016.

BARBOSA, Olívia Alves; SILVA, Aramis Luis; NAGAMIN, Renata. Direitos humanos e os trabalhos da imaginação: uma etnografia da ordenação da primeira reverenda trans da América Latina. In: *Revista de Antropologia*, v.66, 2023.

BATISTA SILVA, Jeferson. *"Um lugar à mesa": Estudo sobre a produção pastoral do ativismo católico LGBT brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

BATISTA SILVA, Jeferson; TONIOL, Rodrigo. Intolerância religiosa contra pessoas LGBT no Brasil: dos ataques à organização política-pastoral. In: ORREGO, Ely (Org.). *Las paradojas de la libertad religiosa en América Latina*. São Paulo: Editora Ely Orrego, 2019.

BATISTA SILVA, Jeferson; RABELLO, Luis F. C. Plurais, alianças ecumênicas podem contribuir para a efetivação dos direitos LGBTQIA+. IHU, 01 jul. 2023. Disponível em: < https://www.ihu.unisinos.br/630103-plurais-aliancas-ecumencias-podem-contribuir-para-a-efetivacao-dos-direitos-lgbtqia > (Acessado em: 01/07/2023).

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMURÇA, Marcelo. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. In: *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v.15, n.47, pp. 855-886, 2017.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. In: *Cadernos Pagu*, n. 47, pp. 445-482, 2016.

CARRARA, Sérgio; VIANA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da 'constituição cidadã'. In OLIVEN, Ruben Jorge; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/Anpocs, 2008.

CRUZ, Edilson. Pentecostes de Stonewall: um novo fogo. *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT*, 2022. Disponível em: < https://redecatolicoslgbt.com.br/pentecostes-de-stonewall-acenderam-se-como-que-linguas-de-fogo-na-mente-e-no-coracao-das-pessoas-reunidas-no-stonewall-e-todas-foram-tomadas-por-uma-sagrada-indignacao-que-se-manifestou-em-cada-uma/ > (Acessado em: 10/05/2022).

DIVERSIDADE CATÓLICA. *Para que os LGBT vivam sua vocação e dignidade de filhos de Deus na Igreja e na sociedade*. 2007. [Site] Disponível em: < https://www.diversidadecatolica.com.br/ > (Acessado em: 10/09/2018).

DIVERSIDADE SEXUAL, CIDADANIA E RELIGIÃO. *Quem Somos*, s.d. Disponível em: < https://www.diversidadesexual.com.br/ > (Acessado em: 20/04/2018).

DUARTE DE SOUZA, Sandra. O gênero da discórdia. A Igreja Católica e a campanha contra os direitos das mulheres na política internacional: uma abordagem a partir das conferências do Cairo e de Pequim. In: *Religare*, v.15, n.2, pp. 483-504, 2019.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

FACCHINI, Regina; CARMO, Nery; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. In: *Educação & Sociedade*, v.41, pp. 1-22, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRAMICK, Jeannine. "Minha vida para os fiéis LGBT. Feliz com a carta do Papa". In: *Instituto Humanitas Unisinos*, 12 janeiro de 2022. Disponível em: < https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615855-minha-vida-pa-

ra-os-fieis-lgbt-feliz-com-a-carta-do-papa-entrevista-com-jeannine-gramick > (Acessado em: 25/03/2022).

GIUMBELLI, Emerson. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil. In: *Religião & Sociedade*, v.28, n.2, pp. 80-101, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, v.5, pp. 7-42, 1995.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JESUS, Leomar Nascimento de. *As outras cores do catolicismo: estudo sobre os Grupos Católicos LGBTI+*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

LIMA, Luis Correa. *Teologia e os LGBT+: perspectiva histórica e desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". In: *Revista Estudos Feministas*, v.26, n.2, 2018.

MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; TESSER, Tabata Pastore (orgs.). *Cartografia dos Catolicismos Jurídicos Antigênero*. Rio de Janeiro: Publicações do ISER, 2024.

MATTOS, Amana R.; CIDADE, Maria Luiza R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. In: *Periódicus: Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades*, v.1, n.5, 2016.

MEIRELLES, Ricardo. Padre de Campinas ganha "Oscar Gay". In: *Diário do Povo*, Campinas, 12 abr. 1996.

MEYER, Birgit. Aesthetics of Persuasion: Global Christianity and Pentecostalism's Sensational Forms. In: *South Atlantic Quarterly*, v.109, n.4, pp. 741-763, 2010.

MEYER, Birgit. De comunidades imaginadas a formações estéticas: mediações religiosas, formas sensoriais e estilos de vínculos. In: GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (orgs.). *Como as*

coisas importam: uma abordagem material da religião – textos de Birgit Meyer. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019, pp. 43-80.

MONTERO, Paula. Introdução. In: MONTERO, Paula (org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

MUSSKOPF, André Sidnei. *Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*. Tese (Doutorado em Teologia), Faculdades EST, São Leopoldo, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Para além da intolerância: cristianismo, direitos e diversidade sexual. In: *Newsletter da Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul*, n.36, pp. 15-20, 2017.

PACCILLO, Giovanna. *Entre a Igreja Católica e o Feminismo: um olhar sobre o projeto de modernidade do grupo Católicas Pelo Direito de Decidir*. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2019.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT. *Manifesto do I Encontro Nacional*, 2014. Disponível em: < https://www.ihu.unisinos.br/noticias/533753-manifesto-de-grupos-catolicos-lgbt-do-brasil > (Acessado em: 31/07/2014).

_____. *Manifesto do II Encontro Nacional*, 2018. Disponível: < https://redecatolicoslgbt.com.br/conteudo/manifesto-ii-encontro-nacional-de-catolicos-lgbti/ > (Acessado em: 10/07/2022).

_____. *Carta – III Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAP+*, 2021. Disponível em: < https://redecatolicoslgbt.com.br/conteudo/carta-iii-encontro-nacional-de-catolicos-lgbtqiap/ > (Acessado em: 10/11/2022).

_____. *Carta Carta do IV Encontro Nacional de Católicos LGBTQIAPN+*, 2023. Disponível em: < https://redecatolicoslgbt.com.br/carta-do-iv-encontro-nacional-de-catolicos-lgbtqiapn-a-igreja-a-organizacoes-sociais-organismos-governamentais-e-a-toda-sociedade-brasileira > (Acessado em: 08/05/2024).

SEMANA SOCIAL BRASILEIRA. *Mutirões pelas vidas LGBTQIA+ é tema de formação oferecida pela 6ª Semana Social Brasileira*, 2022. Disponível em: < https://ssb.org.br/noticias/mutiroes-pelas-vidas-lgbtqia-e-tema-de-formacao-oferecida-pela-6a-semana-social-brasileira > (Acessado em: 16/08/2024).

SERRA, Cris de Assis. *"Viemos pra comungar": Estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de "católicos LGBT" brasileiros e suas implicações*. Dissertação (Mestrado em Medicina Social), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição, Transformações do Campo Religioso. In: *Ciencias Sociales y Religíon / Ciências Sociais e Religião*, v.3, n.3, pp. 115-119, 2001.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. Direitos humanos e igreja católica no contexto das eleições para presidência do Brasil em 2010. In: AMEIGEIRAS, Aldo (org.). *Cruces, intersecciones, conflictos: relaciones político religiosas en Latinoamérica*. Buenos Aires: CLACSO, 2012, pp. 79-108.

TRASFERETTI, José. *Deus, por onde andas?* Campinas: Editora Alínea, 1999.

VAGGIONE, Juan Marco. La politización de la sexualidad y los sentidos de lo religioso. In: *Sociedad y Religión*, v.24, n.42, pp. 209-226, 2014.

_____. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. In: *Cadernos Pagu*, v.50, 2017.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma – Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Notas

[1] Cris Serra (1974–2023) faleceu em outubro de 2023. A publicação deste texto, cuja primeira versão foi escrita em abril de 2022, é também uma forma de homenagear sua memória e de manter vivo o seu legado. Cris foi uma figura marcante na defesa dos direitos humanos, especialmente das pessoas LGBTI+ cristãs. Suas contribuições na academia, no ativismo e na psicologia ajudaram muitas pessoas a encontrar formas de viver com mais dignidade, menos violência e em espaços seguros de respeito e acolhimento. Além da amizade

e do companheirismo na Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+, Cris foi também uma colega no ambiente acadêmico, com quem compartilhava interesses e objetivos de pesquisa. Este texto, portanto, é fruto dessa parceria, da qual me orgulho profundamente.

[2] REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 7 anos na luta pela dignidade das pessoas LGBTI+ na Igreja. Disponível em: < https://ezatamentchy.com.br/6534-2/ > (Consultado em 16/08/2024).

[3] O termo "cisgeneridade", em oposição à "transgeneridade", refere-se às "experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico)" (Mattos; Cidade, 2016: 133). "Cis-heterossexualidade" remete à perspectiva normativa, hegemônica no Ocidente moderno, segundo a qual um sujeito só pode ser um homem ou uma mulher, conforme o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, e só poderá estabelecer relações de amor e desejo com o gênero oposto (Butler, 2003).

[4] REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, Manifesto do I Encontro Nacional. Disponível em: < https://redecatolicoslgbt.com.br/conteudo/manifesto-ii-encontro-nacional-de-catolicos-lgbti/ > (Consultado em 16/08/2024).

[5] A expressão "espaço seguro" ou "igreja segura" para pessoas LGBTI+ tem sido adotada por pessoas ativistas para se referir a espaços religiosos em que se sentem acolhidas e respeitadas.

[6] Optamos por utilizar categorias como "conservadorismo" e "fundamentalismo" com aspas por serem expressões êmicas do campo. Ronaldo Almeida e Rodrigo Toniol (2018) mostram como essas categorias históricas estão circulando no debate público brasileiro, sendo em diversos momentos utilizadas como categorias de acusação contra atores religiosos ligados a ideologias de direita ou da extrema-direita, o que ocorre no campo aqui analisado.

[7] Em dezembro de 2018, o Dicastério para Doutrina da Fé publicou a Declaração Fiducia Supplicans. É o primeiro documento da Igreja que permite aos sacerdotes abençoar casais homossexuais. Disponível em: < https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20231218_fiducia-supplicans_en.html > (Consultado em 16/08/2024).

[8] Para ver o que é uma Igreja afirmativa da diversidade, leia o Manual de Cristianismo e LGBT+ (2020). Disponível em: < https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-cristianismo-gay-latino-version-2022-01-25.pdf > (Consultado em 16/08/2024).

[9] Congregação para a Doutrina da Fé. Notificação sobre a Ação Pastoral de Irmã Jeannine Gramick, S.S.N.D., e o Padre Robert Nugent, S.D.S. Santa Sé, 1999.

[10] As teologias feministas nascem, sobretudo na América Latina, para refletir o papel da mulher diante do patriarcado. Os questionamentos dessas reflexões teológicas incluem, inclusive, a teologia da libertação masculina. Há um campo diversos de teologias feministas, que abrange questões de gênero, raça e classe social. É importante destacar que esse saber teológico desenvolve-se, em sua grande maioria, às margens das instituições religiosas estabelecidas.

[11] Já nos anos 1990, a Santa Sé marcou sua oposição contra a noção de que os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos. Essa visão ficou bastante evidente nas Conferências Internacionais da Mulher, organizadas pelas Nações Unidas. A conferência realizada em Pequim, em 1995, é considerada a principal delas, já que foi nesse momento que a ONU adotou a perspectiva de gênero para refletir sobre a desigualdade entre homens e mulheres (Duarte de Souza, 2019).

[12] A ideia de "trabalhar junto" pode abranger diversas ações. Entre elas, ceder um espaço físico em uma paróquia ou casa religiosa para os grupos se reunirem, prestar serviços religiosos e ministrar sacramentos, direção pastoral e espiritual, ações de incidência junto ao alto nível da Igreja e atividades acadêmicas, sobretudo no campo da teologia.

[13] REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, Manifesto do I Encontro Nacional. Disponível em: < https://www.ihu.unisinos.br/noticias/533753-manifesto-de-grupos-catolicos-lgbt-do-brasil > (Consultado em 16/08/2024).

[14] REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, Manifesto do II Encontro Nacional. Disponível em: < https://redecatolicoslgbt.com.br/conteudo/manifesto-ii-encontro-nacional-de-catolicos-lgbti/ > (Consultado em 16/08/2024).

[15] Ainda sobre a relação com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, integrantes da Rede Nacional foram recebidos para uma reunião inédita com membros da presidência do órgão católico.

[16] Sínodo é uma reunião que algumas denominações cristãs realizam entre seus membros para discutir os rumos de suas instituições. Historicamente, na Igreja Católica Apostólica Romana, esses encontros, realizados no Vaticano, eram exclusivos para bispos. Papa Francisco, contudo, mudou essa dinâmica. No dia 10 de outubro de 2021, a Igreja iniciou o chamado Sínodo da Sinodalidade, com o tema "Por uma Igreja sinodal: Comunhão, Participação e Missão". Pela primeira vez, católicos não bispos, incluindo leigos e mulheres, tiveram espaço de voto nas reuniões. O sínodo é composto por etapas locais, regionais e globais. Diversidade sexual e de gênero é um tema incluído para debate.

[17] "Direitos humanos" é uma categoria ampla e em constante disputa e, sendo assim, é também mutável. Consideramos neste trabalho, portanto, que "direitos humanos" são os direitos fundamentais de todas as pessoas, independente de orientação sexual, raça, gênero, nacionalidade, religião ou outros marcadores sociais. Estes direitos fundamentais estão garantidos no Brasil pela Constituição Federal e por diversos tratados internacionais que o país é signatário.

[18] Com o suporte da ONG KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, o bloco também é realizado em Santos (SP).

Recebido em: 18/04/2024

Aprovado em: 25/11/2024

Ciudadanía religiosa para disidentes sexuales y de género: el caso de los "grupos católicos LGBTI+" en Brasil

Resumen: Personas católicas LGBTI+ se han articulado en Brasil desde la primera década de los años 2000. Ellas reivindican la compatibilidad entre su pertenencia religiosa y la diversidad sexual y de identidad de género. A partir de la revisión de la literatura y la investigación etnográfica, este artículo se centra en el forjamiento de los llamados "grupos católicos LGBTI+". Partimos de un enfoque socioantropológico relacional y procesual de las acciones colectivas desarrolladas por estos actores, evidenciando procesos de disputas y controversias, pero también de alianzas y asociaciones protagonizadas por estos colectivos católicos. Nuestro argumento es que la lucha por espacio y dignidad en los entornos eclesiales se convierte en una capa adicional en la empresa más amplia para la conquista de derechos sexuales y de género en los espacios políticos de la sociedad brasileña. Por lo tanto, cuando establecen articulaciones con actores religiosos y no religiosos, los sujetos 'católicos LGBTI+' crean una noción de 'ciudadanía religiosa plena.' A través de datos etnográficos, afirmamos que esta noción se compone del entendimiento de que el derecho a lo sagrado de las personas disidentes de sexo y género dentro del catolicismo es un derecho humano y constitucional.

Palabras clave: Catolicismo; Diversidad sexual y de género; Ciudadanía religiosa

Religious Citizenship for Sexual and Gender Dissidents: the Case of "LGBTI+ Catholic Groups" in Brazil

Abstract: LGBTI+ Catholic people have been organizing in Brazil since the first decade of the 2000s. They claim the compatibility between their religious belonging and sexual and gender diversity. Based on a review of the literature and ethnographic research, this article focuses on the formation of so-called LGBTI+ Catholic groups. We adopt a relational and processual socio-anthropological approach to the collective actions developed by these actors, highlighting both processes of disputes and controversies, as well as alliances and partnerships led by these Catholic collectives. We argue that the struggle for space and dignity within ecclesiastical environments becomes an additional layer in the broader endeavor to secure sexual and gender rights in the political spaces of Brazilian society. Therefore, when they establish connections with religious and non-religious actors, LGBTI+ Catholics create a notion of "full religious citizenship." Through ethnographic data, we assert that this notion is composed of the understanding that the right to the sacred for sexual and gender dissidents within Catholicism is a human and constitutional right.

Keywords: Catholicism; Sexual and gender diversity; Religious citizenship